

## Quadro comparativo da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2013

Constituição Federal	Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2013	Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo)
	Altera o art. 55 da Constituição Federal para tornar automática a perda do mandato de parlamentar nas hipóteses de improbidade administrativa ou de condenação por crime contra a Administração Pública.	Altera o art. 55 da Constituição Federal para tornar automática a perda do mandato de parlamentar nas hipóteses de improbidade administrativa ou de condenação por crime contra a Administração Pública.
	As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:	As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:
	<b>Art. 1º</b> O art. 55 da Constituição passa a vigorar <b>acrescido do § 3º-A</b> , com a seguinte redação:	<b>Art. 1º</b> O art. 55 da Constituição <b>Federal</b> passa a vigorar com a seguinte redação:
<b>Art. 55.</b> Perderá o mandato o Deputado ou Senador: I - que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior; II - cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar; III - que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões ordinárias da Casa a que pertencer, salvo licença ou missão por esta autorizada; IV - que perder ou tiver suspensos os direitos políticos; V - quando o decretar a Justiça Eleitoral, nos casos previstos nesta Constituição; VI - que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado. .....	<b>Art. 55</b> ..... .....	“ <b>Art. 55</b> ..... .....
§ 2º - Nos casos dos incisos I, II e VI, a perda do mandato será decidida pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal, por voto <b>secreto e</b> maioria absoluta, mediante provocação da respectiva Mesa ou de partido político representado no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa.		§ 2º Nos casos dos incisos I, II e VI <b>do caput, ressaltado o previsto no inciso II do § 3º</b> , a perda do mandato será decidida pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal, por voto <b>da</b> maioria absoluta, mediante provocação da respectiva Mesa ou de partido político representado no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa.
§ 3º <b>!</b> Nos casos previstos nos incisos III a V, a perda		§ 3º A perda <b>do mandato</b> será declarada pela Mesa da



## Quadro comparativo da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2013

Constituição Federal	Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2013	Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo)
será declarada pela Mesa da Casa respectiva, de ofício ou mediante provocação de qualquer de seus membros, ou de partido político representado no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa.		Casa respectiva; I – nos casos previstos nos incisos III a V do caput, ressalvado o previsto no inciso II deste parágrafo, de ofício ou mediante provocação de qualquer de seus membros, ou de partido político representado no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa;
	§ 3º-A - A perda do mandato será automática, nas hipóteses dos incisos IV e VI, quando a perda dos direitos resultar de condenação por improbidade administrativa ou da prática de crime contra a administração pública, com sentença transitada em julgado.	II – nas hipóteses dos incisos IV e VI do caput, imediatamente, mediante comunicação do Poder Judiciário, após o trânsito em julgado; a) pela prática de improbidade administrativa, quando imposta a pena de perda do cargo ou da função pública; b) quando a condenação criminal tenha por efeito a perda do cargo, função pública ou mandato eletivo, nas hipóteses previstas em lei.
	§ 3º-B - Na hipótese do parágrafo anterior, a Mesa da respectiva Casa Legislativa limitar-se-á a declarar a perda do mandato.	
§ 4º A renúncia de parlamentar submetido a processo que vise ou possa levar à perda do mandato, nos termos deste artigo, terá seus efeitos suspensos até as deliberações finais de que tratam os §§ 2º e 3º.	§ 4º A renúncia de parlamentar submetido a processo que vise ou possa levar à perda do mandato, nos termos deste artigo, terá seus efeitos suspensos até as deliberações finais de que tratam os §§ 2º, 3º e 3º-A. (NR)	.....” (NR)
	<b>Art. 2º</b> Esta Emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.	<b>Art. 2º</b> Esta Emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.

